

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL**R. Sorbone, 375, ., Centerville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****DECISÃO**

Processo Digital nº: **1006747-41.2016.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Espécies de Contratos**
 Exequente: **Associação Polo Casa e Arte**
 Executado: **Alessandra Rodrigues Germeck - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

O artigo 833 do CPC prevê que são impenhoráveis os vencimentos, os salários, as remunerações e a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários mínimos.

Observa-se que o numerário, tanto o retido como o excedente, foram bloqueados em aplicações financeiras (CDB Fácil e Investimento Fácil Bradesco) vinculadas à conta corrente.

Portanto, como se trata de conta corrente/aplicação financeira e não poupança o valor pode ser bloqueado. E ainda que se tratasse de conta poupança, de acordo com os extratos carreados a fls. 47/50, os valores aplicados são resgatados periodicamente para realizar pagamento, o que desnatura sua natureza.

Porém, repita-se, não é a hipótese aqui tratada, pois não resta dúvida que o numerário estava vinculado à conta corrente.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Cumprimento de sentença – penhora de saldo encontrado em contas poupanças – inconformismo inadmissibilidade – contas da agravante intituladas como contas poupanças – utilização como contas correntes propriamente ditas – natureza da conta poupança descaracterizada – inaplicabilidade do art. 649, X, do Código de Processo Civil – decisão mantida – recurso provido. (TJSP, AI 0503865-28.2010.8.26.0000, Rel. J.L. Mônaco da Silva, 5ª Câmara de Direito Privado, DJ 02/03/2011).

Ademais, de todo o valor penhorado apenas 1/3 foi suficiente para a satisfação do débito, cujo excedente já foi desbloqueado naquela oportunidade.

Por fim, cabe consignar que a conta na qual ocorreu o bloqueio é utilizada pela executada para pagamento de suas obrigações, tal como cartão de crédito, supermercado, consumo de concessionária de serviço público etc, não havendo motivo para que o numerário nela existente não seja utilizado para pagamento de débito judicialmente reconhecido.

REJEITO, pois, a impugnação apresentada pela executada e, via de consequência, **JULGO EXTINTA** a execução nos termos do art. 924, II, do CPC.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. Sorbone, 375, ., Centerville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de levantamento à exequente do valor depositado a fls. 17, com os acréscimos pertinentes.

Custas finais (R\$ 125,35 na guia DARE, código 230-6) a cargo da executada, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 01 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**